Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. IRAN COELHO DAS NEVES

| | | |
|---|---|---|
| **DECISÃO SINGULAR** | **:** | **DSG-G.ICN-3746/2013** |
| **PROCESSO TC/MS** | **:** | TC/118918/2012 |
| **PROTOCOLO** | **:** | 1359335 |
| **ÓRGÃO** | **:** | SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA |
| **ORDENADOR DE DESPESAS** | **:** | WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI |
| **CARGO DO ORDENADOR** | **:** | SECRETARIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA |
| **ASSUNTO DO PROCESSO** | **:** | CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 002/2012 |
| **RELATOR** | **:** | CONS. IRAN COELHO DAS NEVES |
| **CONTRATADO (A)** | **:** | MARIA CONCEIÇÃO CÂNDIDA – ME. |
| **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO** | **:** | DISPENSA DE LICITAÇÃO – ART. 24, V, LEI FEDERAL Nº 8666/93. |
| **OBJETO DA CONTRATAÇÃO** | **:** | FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO PREPARADA. |
| **VALOR INICIAL DA CONTRATAÇÃO** | **:** | 72000,00 |

**EMENTA**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO. 1ª ETAPA. LICITAÇÃO. DISPENSADA POR EMERGÊNCIA. FORMALIZAÇÃO CONTRATUAL. FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO PREPARADA. ATOS LEGAIS E REGULARES. PROSSEGUIMENTO.**

Versam os presentes autos sobre o procedimento de dispensa de licitação e a formalização do Instrumento de Contrato Administrativo nº 002/2012 (peça 17 - fls.10/19).

A contratação é precedida de procedimento administrativo instaurado visando a dispensa de licitação por emergência com fundamento no art. 24, inciso V da Lei Federal nº 8666/93 ao qual se vincula.

O objeto da contratação é o fornecimento de alimentação preparada destinada ao atendimento dos presos sob custódia da Delegacia de Policia Civil de Ribas do Rio Pardo/MS, conforme detalhamento contido na Cláusula Primeira (peça 17 - fl. 10/19).

O prazo de vigência é estabelecido para o período de 12 (doze) meses, nos termos da Cláusula Décima Primeira (peça 17 - fl. 15/19).





O valor pactuado importa em R$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais), conforme consignado na Cláusula Oitava (peça 17 - fl. 13/19).

A análise nesta primeira etapa recai sobre o procedimento de dispensa de licitação e a formalização do instrumento contratual, conforme o estabelecido no Capitulo II, Seção VIII, do Regimento Interno desta Corte de Contas.

A unidade de instrução procedeu à análise dos atos praticados nesta etapa emitindo o seu juízo de valor opinando pela regularidade e legalidade de tais procedimentos, consoante Análise Conclusiva ANC – 2ª ICE – 3556/2013 (peça 18 - fls. 1/5).

O douto Ministério Público de Contas adotou a mesma linha de entendimento e prolatou o r. Parecer PAR-MPC-GAB.2 DR. JOAOMJ-3893/2013 (peça 20 - fls. 1/3), pugnando pela regularidade e legalidade dos atos praticados nesta primeira etapa.

É o que cabe relatar.

O instrumento contratual encontra-se revestido das formalidades exigidas pelo Estatuto das Licitações e Contratos, precedido do competente procedimento administrativo instaurado visando a dispensa de licitação por emergência com fundamento no art. 24, inciso V da Lei Federal nº 8666/93 cujos atos foram realizados em conformidade com as disposições contidas na legislação federal citada razão pela qual o Corpo Técnico se pronuncia pela sua aprovação nos seguintes termos (peça 18 - fl. 4/5), *in verbis:*

> Diante do exposto, concluímos pela **regularidade** e **legalidade** da contratação pública direta iniciada por **Dispensa de Licitação** e da formalização do **Contrato Administrativo nº 2/2012** celebrado entre o **Estado de Mato Grosso do Sul**, por meio da **Secretaria do Estado de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso do Sul –SEJUSP** (CNPJ nº 03.015.475/0001-40) e a empresa **Maria da Conceição Cândida -ME**(CNPJ nº 12.463.318/0001-98) nos termos do artigo 307





> e inciso I do artigo 311 da Resolução Normativa TC/MS nº 57 de 7 de junho de 2006.

O douto Ministério Público de Contas, seguindo a mesma esteira de entendimento exara o seu r. Parecer opinando pela regularidade e legalidade do procedimento licitatório e formalização contratual, mediante a seguinte dicção (peça 20 - fl. 1/3), *in verbis:*

> A par do exposto, esta Procuradoria de Contas se manifesta no seguinte sentido:
>
> **I** - Pela **LEGALIDADE** e **REGULARIDADE** da contratação direta por dispensa de licitação e da formalização do Contrato Administrativo nº 002/2012, com lastro nas disposições insculpidas no artigo 311, inciso I c/c artigo 312, inciso I (primeira parte), ambos da Resolução Normativa TC/MS nº 057 de 7 de junho de 2006.

Assiste razão ao eminente Procurador do Ministério Público de Contas, porquanto conforme testemunha o Corpo Técnico, o presente contrato foi precedido de regular procedimento administrativo instaurado visando a dispensa de licitação por emergência com fundamento no art. 24, inciso V da Lei Federal nº 8666/93 e obedece às disposições legais pertinentes, estando, portanto, apto a produzir os efeitos dele decorrentes.

Mediante o exposto, acolhendo integralmente o r. Parecer exarado pelo douto Ministério Público de Contas, e, com fundamento no artigo 13, inciso V da Resolução Normativa TC/MS nº 057/2006,

DECIDO:

1 – pela regularidade e legalidade do procedimento administrativo instaurado visando a dispensa de licitação por emergência com fundamento no art. 24, inciso V da Lei Federal nº 8666/93 e da formalização do Instrumento de Contrato Administrativo nº 002/2012, celebrado entre o Estado de Mato Grosso do Sul, através da Secretaria





de Estado de Justiça e Segurança Pública, CNPJ/MF nº 15.412.257/0001-28, por seu Titular, Senhor Wantuir Francisco Brasil Jacini, CPF/MF nº 179.756.207-00, como contratante, e, de outro lado, a Empresa Maria da Conceição Cândida - ME., CNPJ/MF nº 12.463.318/0001-98, por sua Representante, Senhora Maria da Conceição Cândida, CPF/MF nº 543.149.926-20, como contratada, por guardarem conformidade com as disposições contidas no inciso I do art. 59 da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o inciso I do art. 311 e inciso I (primeira parte) do art. 312, ambos da Resolução Normativa TC/MS nº 057/2006;

2 – pelo retorno dos autos à 2ª Inspetoria de Controle Externo para o acompanhamento da execução financeira, nos termos regimentais;

3 – pela comunicação deste julgamento aos interessados nos termos do art. 50 da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 106, da Resolução Normativa TC/MS nº 057/2006;

4 – É a decisão.

5 – Publique-se, nos termos do art. 65 da Lei Complementar nº 160/2012.

Campo Grande/MS, 06 de maio de 2013.

**Cons. Iran Coelho das Neves**
**Relator**